

Cooperativa de Crédito Rural: Análise do Perfil dos Cooperados

Cooperative of Rural Credit: Analysis of Associates' Profile

Luis Artur Bernardes da Rosa^{a*}; Cássio Chia Jang Tsay^b; Fabiana Scalone Traba Rodrigues^c

Resumo

O cooperativismo é uma sociedade de pessoas, que buscam atingir objetivos sociais, culturais e econômicos comuns, por meio de empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. A cooperativa de crédito, enquanto espécie e gênero cooperativo promove captação de recursos financeiros para financiar atividades econômicas de cooperados, administração de poupanças e prestação de serviços de natureza bancária. A metodologia de pesquisa foi Estudo de Caso e os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas com 120 associados, em 4 municípios onde a Cooperativa possui entrepostos; e os dados secundários foram obtidos em bibliografias e materiais fornecidos pela cooperativa. O objetivo do estudo foi identificar o perfil dos cooperados de uma Cooperativa de Crédito Rural, as características dos estabelecimentos rurais, a participação dos cooperados, a aplicação de recursos dos empréstimos, as fontes de captação e o volume de recursos tomados. Os resultados indicam que nos estabelecimentos predomina a força de trabalho familiar, sendo a maioria considerada pequena propriedade rural. O endividamento dos entrevistados é baixo ou ausente e as rendas brutas da produção agropecuária apresentam grande variabilidade entre os estabelecimentos. A cooperativa tem atendido as necessidades dos agricultores e contribuído com suas atividades agropecuárias.

Palavras-chave: Agricultores. Recursos financeiros rurais. Cooperativismo.

Abstract

Cooperativism is a society of people who seek to achieve social, cultural and economical goals, through democratically managed collective property companies. The cooperative of credit as cooperative species and gender raises money to finance the associates' economical activities, administrates savings accounts and provides banking services. The methodology applied in this study was The Case Study Methodology and the primary data were obtained through interviews with 120 associates in 4 cities where the Cooperative has warehouses; and the secondary data were obtained in bibliography and materials provide by the cooperative. The objective of the study was to identify the associates' profile in a Cooperative of Rural Credit, the characteristics of the rural establishments, the associates' participation, the application of the resources from the loans, the sources of money and the volume of taken resources. The results indicate the in the establishments the strength of family work prevails, most of them are considered small rural property. The debt of the interviewed people is low or inexistent and the income of the agriculture production presents great viability among the establishments. The cooperative has supplied the farmers' needs and contributed to their agricultural activities.

Key-words: *Farmers. Rural financial resource. Cooperativism.*

^a Doutor em Agronomia - Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: luisartur@sercomtel.com.br

^b Mestre em Administração - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: cassio.tsay@unopar.br.

^c Administradora. E-mail: weslei2008@gmail.com.

* Endereço para correspondência: Rua Heloísa Helena Muniz da Silva 112 Vale do Arvoredo - CEP 86047585, Londrina, PR.

1 Introdução

No Brasil, a disponibilidade de crédito para aplicação na atividade rural historicamente não tem atendido a demanda desse setor. No período denominado modernização da agricultura, apesar da maior oferta de recursos financeiros para a aquisição de máquinas e insumos agropecuários, muitos agricultores não tiveram acesso ao crédito ofertado, principalmente os pequenos agricultores (SILVA, 1981). Com exceção do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA, criado em 1985 e que atendia apenas assentados da reforma agrária até o início da década de 90, não existia nenhum outro tipo de política agrícola especial para o segmento da agricultura

familiar (PEREIRA, 2002). Só recentemente, esse cenário começou a mudar com a instituição de políticas agrícolas diferenciadas para os diversos tipos de agricultores.

Antes mesmo de esperar por mudanças na política financeira os agricultores têm se organizado e fundado cooperativas de crédito rural para atenderem suas necessidades de crédito, tanto para investimentos em animais, máquinas e benfeitorias, como para o custeio de lavouras e pecuária.

O cooperativismo é uma sociedade de pessoas, que buscam atingir objetivos sociais, culturais e econômicos comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (BIALOSKORSKI NETO *et al.*, 1995). Para Bulgarelli (2000) as cooperativas se apresentam como entidades de inspiração democrática em que o capital não constitui o determinante da participação associativa, mas, mero instrumento para realização dos seus objetivos; elas são dirigidas democraticamente e controladas por todos os associados; não perseguem lucros e seus excedentes são distribuídos proporcionalmente às operações de cada associado; nelas se observa a neutralidade político-religiosa, o capital é remunerado

por taxa mínima de juros e os hábitos de economia dos associados são estimulados pelas aquisições a dinheiro, dando-se destaque ao aperfeiçoamento do homem, pela educação.

O movimento cooperativo recente surgiu em 4 países da Europa com organizações de objetivos econômicos diversos, mas inspiradas pelos mesmos princípios de solidariedade e pelo desejo de criar um sistema a serviço do homem. Na Inglaterra e na Suíça, surgiram as cooperativas de consumo, na Alemanha as cooperativas de crédito e na França se ensaiavam as primeiras tentativas de cooperativas de produção.

Um marco para o cooperativismo foi em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester - Inglaterra, quando 28 tecelões fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Esses trabalhadores constituíram uma cooperativa de consumo, com o objetivo de enfrentar a crise industrial da época, oferecendo gêneros de primeira necessidade aos associados, passando, posteriormente, às atividades de produção (POLONIO, 2001).

Na mesma época, o movimento cooperativista alemão nasceu da espontaneidade de um grupo popular, através do esforço de Hermann Schulze e Friederich W. Raiffeisen. Convencido de que as dívidas constituíam a causa maior da pobreza e da insegurança do trabalhador e do artesão, Schulze pôs-se a organizar sociedades de crédito, com o objetivo de fornecer pequenos empréstimos ou financiamentos destinados a atender às necessidades da produção. O capital era constituído pelos associados que formavam sociedades de responsabilidade limitada. Desta forma, a primeira cooperativa de crédito alemã se instalou em 1850, na cidade de Delitzsch, daí o nome do modelo cooperativista Schulze-Delitzsch (POLONIO, 2001). Inspirado nas sociedades alemãs de Schulze-Delitzsch, surge na Itália o primeiro banco cooperativo, por volta de 1865, fundado por Luigi Luzzatti. Este modelo teve acelerado desenvolvimento no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950.

O cooperativismo na América Latina foi introduzido por imigrantes europeus e sua consolidação neste continente coincide com a criação da Organização das Cooperativas da América - OCA, em Montevideu, Uruguai, no dia 6 de fevereiro de 1963. Este movimento surge da convicção de que o cooperativismo livre constitui para os países da América o instrumento de ação mais eficaz para a solução de seus problemas, especialmente os de ordem socioeconômica (MAURER JÚNIOR, 1966).

No Brasil são 13 os ramos de cooperativismo definidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB: agropecuário; consumo; crédito; educacional; especial; infraestrutura; habitacional; mineral; produção; saúde; trabalho; turismo e lazer; e transporte de cargas e passageiros. O cooperativismo de Crédito se destaca com 1.068 cooperativas, 1.890.713 cooperados e 26.068 funcionários (OCB, 2004).

O Cooperativismo de Crédito chegou ao Brasil, trazido da Europa pelo Padre Theodoro Amstad, com o objetivo de reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-

las a serviço do seu próprio desenvolvimento. A primeira cooperativa de crédito foi fundada em Nova Petrópolis – RS, em 28 de dezembro de 1902. De 1902 a 1964 as cooperativas de crédito, que foram sendo constituídas, passaram a denominar-se de Caixas Populares Raiffeisen (SCHARDONG, 2003).

No Brasil a vertente pioneira de crédito cooperativo contou com duas fontes principais. A primeira constituída por 3 modelos estrangeiros transplantados por idealistas que procuravam solucionar problemas econômicos e sociais – as Caixas Rurais Raiffeisen, os Bancos Populares Luzzatti (ambos no começo do séc. XX) e as Cooperativas de Economia e Crédito Mutuo, trazidas do Canadá, via Estados Unidos da América, no final dos anos 1950. A segunda fonte é representada pelo conjunto de cooperativas de crédito que se multiplicaram nos estados do sudeste-sul do país, combinando elementos de diversas experiências: cooperativas de crédito agrícola; cooperativas populares de crédito urbano; cooperativas de crédito, de trabalhadores de determinada classe ou empregados em empresas públicas ou privadas; cooperativas mistas com seção de crédito; e cooperativas escolares de crédito (PINHO; PALHARES, 2004).

A cooperativa de crédito, enquanto espécie e gênero cooperativo promove captação de recursos financeiros para atividades econômicas dos cooperados, administração das suas poupanças e prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandadas (SHARDONG, 2003).

As Cooperativas de Crédito na condição de instituição financeira monetária, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, tem seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil sendo um empreendimento econômico-social, democrático e autogestionário regido pela Lei 5.764/71 e por Resoluções do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com Pinheiro (2006) o cooperativismo de crédito no Brasil, em dezembro de 2004 respondia por 2,3% das operações de crédito realizadas no sistema financeiro nacional e possuía 2,56% do patrimônio líquido total da área bancária do sistema financeiro, atendendo, no final de 2005 cerca de 3 milhões de pessoas.

Segundo Razzolini Filho e Colli (2004), se percebe, analisando a realidade do mercado, que as cooperativas foram obrigadas a competir em condições de igualdade com as empresas privadas para sobreviver, uma vez que seus cooperados estavam dando preferência às empresas privadas em virtude de maior lucratividade encontrada nas negociações com essas.

O cooperativismo paranaense se apresenta como um dos mais desenvolvidos do Brasil e compreende algumas das principais empresas do Estado, que geram 18,20% de toda a sua riqueza. Em 2008, o sistema Ocepar contava com 238 cooperativas filiadas e com 500.129 cooperados. Destas 66 eram cooperativas de crédito, com 346.695 cooperados registrados. No Paraná os indicadores de faturamento, geração de empregos e exportações está muito à frente do alcançado

pelas cooperativas dos outros Estados Brasileiros.

Assim o presente tem como objetivo identificar o perfil dos cooperados de uma cooperativa de crédito, especificamente a caracterização dos estabelecimentos, captação e fontes de recursos acessadas, aplicação dos recursos nos estabelecimentos e o endividamento dos entrevistados.

2 Material e Método

A pesquisa apresenta-se como descritiva (GIL, 1999) e tem caráter exploratório (COOPER; SCHINDLER, 1995). A metodologia de pesquisa foi estudo de caso. (YIN, 2001). Os dados primários foram obtidos por meio de questionários com perguntas fechadas, enfocando temas relacionados ao cooperativismo, captação e aplicação de recursos financeiros na unidade produtiva rural.

Estes questionários foram distribuídos a 120 associados da Cooperativa, presentes em 4 municípios: Sabáudia, Araongas, Pitangueiras e Jaguapitã, onde a cooperativa possui entrepostos. A coleta de dados concentrou-se nos meses de setembro e outubro de 2007. Os dados secundários foram obtidos em bibliografias, materiais fornecidos pela cooperativa e em meio eletrônico.

2.1 Caracterização da cooperativa de crédito pesquisada

A cooperativa estudada foi fundada em 1983, possui mais de 3.000 associados e postos de atendimento em 23 municípios e distritos. Admite pessoas físicas que desenvolva na área de atuação da Cooperativa, atividade agrícola, pecuária e extrativa, e excepcionalmente, pessoas jurídicas que exerçam exclusivamente as mesmas atividades. Também podem fazer parte, empregados da própria Cooperativa, das entidades a ela associadas, e pessoas físicas prestadoras de serviços, em caráter eventual à Cooperativa, as referidas entidades, equiparadas aos primeiros no tocante aos seus direitos e deveres como associados.

Os produtos e serviços prestados pela Cooperativa incluem conta corrente, cartão de crédito, talão de cheques, débitos em conta corrente e outros. Seguros de automóveis, residências, máquinas e implementos agrícolas e de vida. Investimentos, financiamentos, empréstimos pessoais, crédito para custeio agrícola e pecuário.

3 Resultados e Discussão

Na seqüência são apresentados os resultados da pesquisa com associados da cooperativa de crédito, destacando as características sociais e econômicas dos 120 cooperados em 4 entrepostos da cooperativa. As informações e análises a seguir foram obtidas a partir da tabulação dos dados levantados nas entrevistas.

3.1 Sexo e idade

Nos entrepostos, do universo de 120 pessoas pesquisadas, 20% são mulheres e 80% homens. Sendo que 7,5% possuem idade entre 18 a 30 anos; 16,7% de 31 a 40 anos; 32,5% de 31 a 50 anos; e 43,3% acima de 51 anos.

3.2 Escolaridade

A escolaridade dos entrevistados pode ser observada na tabela 1.

Tabela 1 - Escolaridade dos entrevistados

Nível atingido	Nº pessoas	%
1º a 4º incompleto	14	11,7
1º a 4º completo	18	15,0
5º a 8º incompleto	10	8,3
5º a 8º completo	17	14,2
2º grau incompleto	14	11,7
2º grau completo	31	25,8
Superior	16	13,3
Total	120	100

Quanto à escolaridade, 65% dos entrevistados possuem pelo menos o ensino fundamental completo, indicando que este grupo de pessoas diferencia-se da maioria da população rural que possui baixa escolaridade.

3.3 Área dos estabelecimentos

A área dos estabelecimentos dos agricultores entrevistados está apresentada na tabela 2.

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos

Área (ha)	Estabelecimentos	%
Até 12	29	24,2
12 — 25	29	24,2
25 — 50	28	23,3
50 — 100	16	13,3
Acima de 100	18	15,0
Total	120	100

Na tabela 2 pode ser observado que a maioria dos estabelecimentos (71,7 %) possui áreas inferiores a 50ha, sendo considerados pequenas propriedades rurais.

3.4 Trabalho familiar

O uso do trabalho das pessoas da família e de pessoas contratada para o trabalho nos estabelecimentos está apresentado na tabela 3.

Tabela 3 Mão-de-obra familiar e contratada nos estabelecimentos

Mão-de-obra familiar	Estab.	Nº Empregados	Estab.
1	35	1	24
2	56	2	13
3	21	3	6
4	4	Acima de 4	2
Acima de 5	4		
Total	120		45

A tabela 3 demonstra que os estabelecimentos com empregados contratados são 37,5% do total, indicando que o trabalho nos demais é realizado por pessoas da família.

Ainda pode ser observado que 91 estabelecimentos (75,8% do total) ocupam até 2 pessoas da família. O cruzamento destas informações com a área dos estabelecimentos indica que acima de 71% são pequenas propriedades rurais que utilizam exclusivamente o trabalho familiar.

3.5 Participação dos cooperados

A organização da produção e dos agricultores em instituições com objetivos econômicos é apontada como importante estratégia para facilitar a comercialização de produtos e inserção nos mercados, para obtenção de crédito e aumento do poder de negociação na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos; além de aumentar a representação política do grupo (LAUSCHNER, 1995).

Tão importante quanto a organização dos agricultores em cooperativas de crédito e produção e outros tipos é a participação dos cooperados na sua administração. Debates apontam maior comprometimento dos cooperados com a produção e distanciamento das questões administrativas e das decisões que ocorrem nas assembléias gerais. A maioria dos associados da cooperativa pesquisada (64%) participa das assembléias. No entanto, 36% dos entrevistados responderam que não participam das assembléias, deixando de contribuir com a sociedade.

Quando questionados sobre conselho de administração da cooperativa, 71% responderam que conhecem as funções deste conselho e 29% que desconhecem. Idêntica proporcionalidade foi obtida nas respostas sobre o conselho fiscal.

Os motivos da preferência dos cooperados em participarem da cooperativa de crédito rural estão apresentados na tabela 4.

Tabela 4 - Motivos da preferência pela cooperativa e vantagens identificadas pelos entrevistados

Motivos da preferência*	Nº	Vantagens identificadas*	Nº
Integração à cooperativa produção	83	Atendimento personalizado	86
Prioritária para agricultores	79	Juros mais baixos que outros bancos	74
Por ser uma cooperativa	60	Distribuição de sobras no final do exercício	31
Localização do entreposto	28	Facilidade em adquirir empréstimos	22

*os entrevistados responderam mais de uma alternativa

Os dados da pesquisa indicam que a motivação dos agricultores em participar da cooperativa de crédito rural e as vantagens identificadas por eles, estão relacionadas principalmente a integração da cooperativa de crédito à cooperativa de produção, ser formada prioritariamente por agricultores, com atendimento personalizado e oferta de juros mais baixos que os bancos privados.

3.6 Acesso aos recursos financeiros

As linhas de crédito para capital de giro mais utilizadas pelos agricultores estão apresentadas na tabela 5.

Tabela 5 - Linhas de crédito utilizadas para capital de giro.

Tipo de crédito	Nº agricultores*
Cheque Especial	70
Custeio Agrícola/Pecuário	54
Empréstimo vinculado a cooperativa de produção	31
Empréstimo Pré-Fixado	25
Desconto de Cheques	12

*os entrevistados responderam mais de uma alternativa

Do total de entrevistados, 32 agricultores não utilizam crédito de espécie alguma, apenas movimentam a conta corrente. O cheque especial é o mais utilizado pelos agricultores, possivelmente devido à facilidade para obtenção do crédito. A segunda linha mais utilizada é o custeio agrícola e pecuário (que no período da entrevista possuía taxas de 6,75% ao ano).

Os dados da pesquisa indicam ainda, que a periodicidade do uso do custeio agrícola e pecuário é: anual para 27 entrevistados, duas vezes por ano para outros 27, sendo que 66 agricultores não utilizam esta linha de crédito.

A cooperativa de produção que possui vínculo com a cooperativa de crédito pesquisada oferece aos agricultores duas modalidades de aquisição de insumos para o plantio, o sistema de troca e o de venda futura. No sistema de troca, o agricultor recebe os insumos para o plantio e paga suas dívidas no final da colheita. No sistema de venda futura, o agricultor vende a preço futuro parte da produção que será colhida e adquire os insumos para o plantio. Estas modalidades concorrem com o crédito de custeio oferecido pela cooperativa de crédito e atrai muitos agricultores.

Na modalidade de crédito para investimentos o destino dado pelos agricultores para os recursos tomados na cooperativa de crédito pode ser observado na tabela 6.

Tabela 6 - Tipos de investimentos nos estabelecimentos

Tipo de investimento	Nº Estabelecimentos
Aquisição de bovinos e suínos	20
Aquisição de máquinas e implementos	16
Café, laranja. Uva, outras cultura permanentes	12
Construção de armazéns, granjas e outros	4
Total	52

Na aplicação de recursos em bens produtivos destacam-se os investimentos em aquisição de bovinos, suínos, máquinas e implementos. No total 43,3% dos entrevistados acessam estes recursos na cooperativa pesquisada.

3.7 Renda da produção agropecuária

Observando-se a renda da produção agropecuária dos associados é possível constatar uma diversificação das fontes de renda (tabela 7).

Tabela 7 - Principais fontes de renda da produção agropecuária

Culturas e criações de maior renda	Estabelecimentos*
Safra verão soja/milho	102
Safra inverno trigo/milho	91
Café	21
Bovinos de corte	18
Criação de suínos	17
Bovinos de leite	9
Laranja	8
Granja de frango	8
Cana-de-açúcar	2

*os entrevistados responderam mais de uma alternativa

Apesar da maioria dos estabelecimentos possuir renda proveniente de cultura temporárias de verão e inverno, observa-se que há diversidade das fontes de renda, com origem em culturas perenes e na pecuária. Segundo Veiga (2001) esta integração entre sistemas agrícolas com criações animais maximizam as oportunidades de desenvolvimento humano e diversificam as economias locais.

As classes de renda bruta anual da produção agropecuária vendida estão apresentadas na tabela 8.

Tabela 8 - Classes de renda bruta anual da produção agropecuária vendida

Classes de renda	Nº agricultores	%
Até R\$ 12.000,00	14	11,7
De R\$ 12.001,00 a R\$ 24.000,00	29	24,2
De R\$ 24.001,00 a R\$ 50.000,00	34	28,3
De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	22	18,3
Acima de R\$ 100.001,00	21	17,5
Total	120	100

A pesquisa permitiu observar que as rendas brutas da produção agropecuária vendida apresentam grande diferença entre os estabelecimentos. A maioria dos estabelecimentos (64,2%) possui renda abaixo de R\$50.000,00. A obtenção de renda na atividade agropecuária depende de um conjunto de fatores inerentes à gestão, ao processo produtivo e ao mercado. As configurações destes fatores são múltiplas, ocasionais e dependentes das decisões do gestor. Isto permite

grande variabilidade de tipos de sistemas de produção, de combinações dentro dos sistemas e ainda entre os anos agrícolas (GARCIA FILHO, 1999).

Quanto ao endividamento dos entrevistados, 47,5% declararam estar sem dívidas; 24,2% estavam muito pouco endividados; 15,8 pouco endividados; e 12,5% estavam endividados.

3.8 Sucessão familiar na administração da propriedade

Quanto à sucessão familiar, 45,8% dos entrevistados informaram que seus filhos pretendem continuar trabalhando na propriedade, 16,7% pretendem deixar a propriedade e 37,5% não souberam responder.

Como citado anteriormente, a maioria dos estabelecimentos possui até duas pessoas da família ocupadas nos estabelecimentos. Assim, a saída de jovens do campo pode reduzir ainda mais a disponibilidade de pessoas para a produção familiar. Abramovay et al. (1998) observaram que a predominância da saída de jovens e mulheres do campo aponta para a tendência de progressiva masculinização e envelhecimento da população rural.

4. Conclusões

Os resultados da pesquisa permitiram visualizar o perfil dos cooperados, as características dos estabelecimentos rurais, a participação dos cooperados na cooperativa e o acesso e aplicação dos recursos financeiros.

Nos estabelecimentos predomina a força de trabalho familiar. Há baixa disponibilidade de pessoas para o trabalho nos estabelecimentos e grande parte dos jovens não pretende, ou estão indecisos quanto a suceder os pais nas atividades agropecuárias. A maioria dos estabelecimentos é considerada pequena propriedade rural.

Uma parcela representativa dos cooperados, em média 30%, não participa nas assembléias gerais e desconhecem as funções do conselho de administração e do conselho fiscal.

Os motivos de serem associados à cooperativa de crédito são principalmente: a identidade da cooperativa com os agricultores; integração com a cooperativa de produção e os benefícios superiores aos dos bancos privados. Os cooperado utilizam preferencialmente os créditos para uso pessoal, custeio de safras e investimentos em animais e máquinas. O endividamento dos entrevistados é baixo ou ausente.

As principais fontes de renda provenientes da produção agropecuária estão distribuídas entre culturas temporárias, culturas perenes e a pecuária. As rendas brutas da produção agropecuária vendida apresentam grande variabilidade entre os estabelecimentos. Por fim, a Cooperativa tem atendido as necessidades dos agricultores e contribuído com as atividades agropecuárias.

Referências

- ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco/Fao/Incrá/Epagri, 1998.
- BIALOSKORSKI NETO, S. et al. Agribusiness cooperativo, eficiência e princípios doutrinários. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 33, 1995.
- BULGARELLI, W. As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. *Business research methods*. Irwin: McGraw-Hill, 1995.
- GARCIA FILHO, D.P. Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico. Convênio INCRA/FAO, 1999.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAUSCHNER, R. Agribusiness, cooperativa e produtor rural. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.
- MAURER JÚNIOR, T.H. *O cooperativismo: uma economia humana*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1966.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro*. Brasília: OCB, 2004.
- PEREIRA, L.G.T.C. Pronaf: política eficiente para resolver o problema dos agricultores assentados? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40. Passo Fundo, RS. 2002.
- PINHEIRO, M.A.H. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa*. 4 ed. Brasília: BCB, 2006.
- PINHO, D.B.; PALHARES, V.M.A. *O cooperativismo de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI*. Santo André: CONFEBRÁS, 2004.
- POLONIO, W.A. *Manual das sociedades cooperativas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- RAZZOLINI FILHO, E.; COLLI, P.C.L. Cooperativismo: associativismo ou Integracionismo. *Revista Administrare*, Curitiba, v. 1, n. 3, p, 56, jan./jun. 2004.
- SCHARDONG, A. *Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômico da sociedade*. Porto Alegre: Regel, 2003.
- SILVA, J.G. da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n.43, p. 101-119. set./dez., 2001.
- YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.